

# Prisco diz que agora Sarney vai fazer 'novo governo'

ROBERTO LOPES  
Enviado especial a Brasília

"Não é que o presidente vá partir para uma ofensiva, o que o Sarney vai fazer agora é um novo governo." Foi assim que o ministro da Habitação, Prisco Viana —um dos principais articuladores políticos do governo—, definiu ontem, para um amigo, o estado de espírito no Palácio do Planalto, 24 horas depois de o Congresso constituinte ter aprovado a manutenção do sistema presidencialista e um mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República.

Na opinião de Prisco, o "novo governo" tem que ser deflagrado com o anúncio de "medidas econômicas e administrativas" que incluam "o enxugamento da máquina administrativa" —uma idéia que o presidente José Sarney já teve (e arquivou) em outubro do ano passado, antes de nomear os então deputados Prisco Viana (PMDB-BA), Borges da Silveira (PMDB-PR) e Luiz Henrique (PMDB-SC), respectivamente, para os ministérios da Habitação, Saúde e Ciência e Tecnologia.

Nessa época (cinco meses atrás) a Consultoria Geral da República chegou a preparar o decreto que transformava o Ministério da Cultura em uma simples secretaria do Ministério da Educação, mas Sarney desistiu da mudança. O programa econômico vai incluir a reformulação do imposto de renda sobre o lucro líquido das grandes empresas, o incremento de um plano de privatizações, a formulação de um maior contingente de funcionários para a fiscalização da arrecadação de impostos federais, o congelamento escalonado da URP para os servidores públicos, e medidas que visam a redução do déficit público para o patamar de 4% do PIB.

A Folha apurou que a reforma administrativa pode ser um dos caminhos para Sarney eliminar de seu governo um pequeno grupo de políticos peemedebistas muito mais ligados ao presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, do que a ele próprio. Nesse caso estão, com certeza, os ministros Renato Archer, da Previdência Social, e Luiz Henrique.

O presidente José Sarney está muito mal impressionado com o noticiário sobre o chamado "rombo

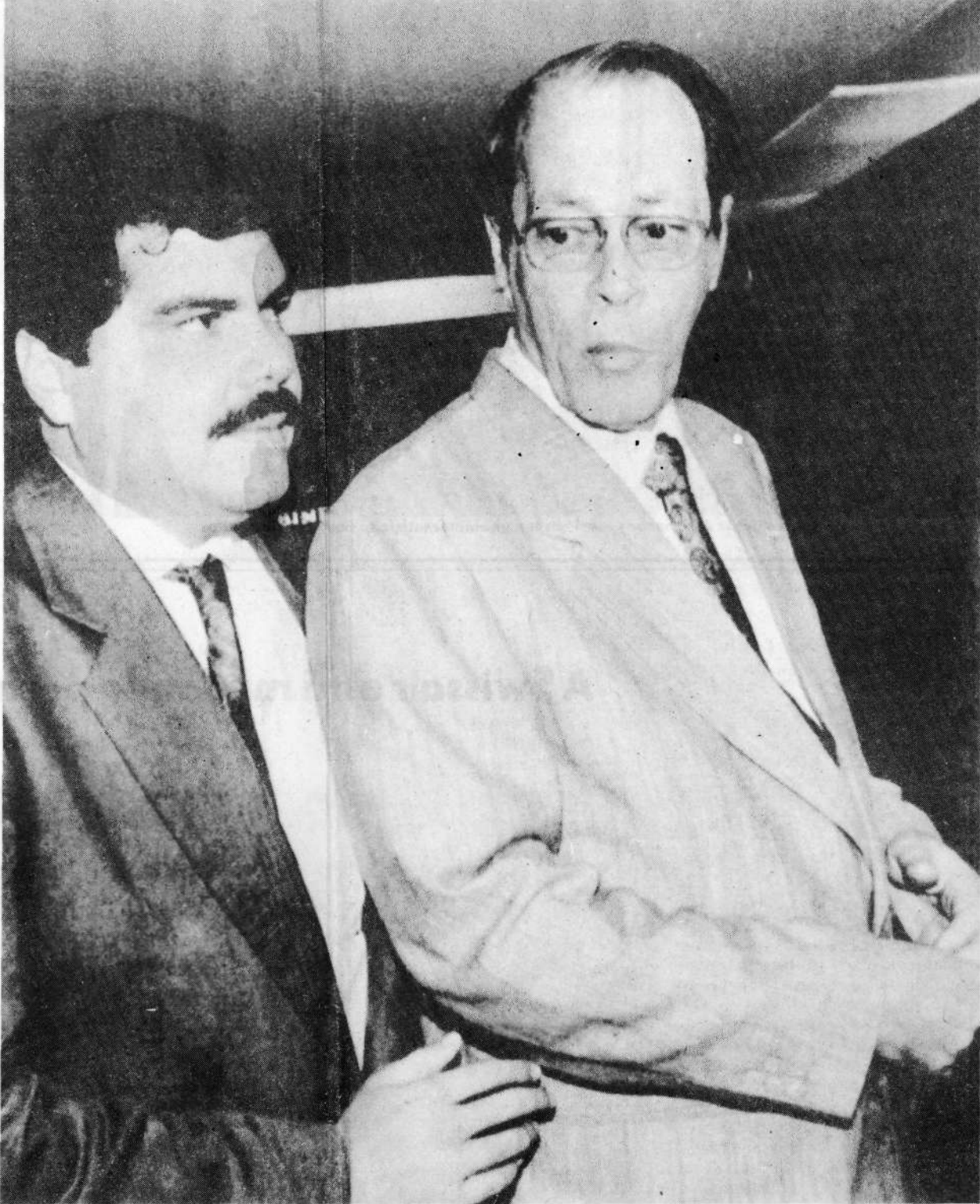
do café" —uma compra do produto feita pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), entre setembro e novembro de 86, na Bolsa de Londres, que causou ao país um prejuízo estimado (três meses atrás) pelo Banco Central em US\$ 115 milhões. O negócio foi realizado com o aval do ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco. Nos últimos dez dias, Sarney já recebeu dois alertas sobre a gravidade do caso.

O primeiro partiu de um constituinte do PFL nordestino, que entregou ao presidente um relatório com informações novas sobre o caso. O trabalho foi repassado ao ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes. O segundo alerta foi feito pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, segundo o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (PMDB-MG), que informou o presidente da República ter recebido dados preocupantes sobre o chamado "rombo do café" e suas consequências de um amigo que reside na Suíça. Tudo isso pode confluir para a substituição de José Hugo —mudança que pode fazer do secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), ministro do governo Sarney.

Anteontem à noite, no Palácio da Alvorada (residência oficial do presidente), em meio às comemorações pela aprovação do presidencialismo e do mandato de cinco anos, os ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Jader Barbalho (Reforma Agrária), Prisco Viana (Habitação) e o governador paranaense, Alvaro Dias, defenderam abertamente uma reforma ministerial que permita uma nova fase para o governo. A pressão pela arrancada —e pela reforma— o presidente não sente apenas de parte dos políticos. Nas últimas horas, a ela se integraram a mulher do presidente, Marly, e seus filhos Roseana e Sarney Filho (deputado do PFL-MA).

Ontem, em conversas com governadores e constituintes fiéis ao governo, o ministro da Habitação mostrou-se muito mais cauteloso. Ele não está convicto de que a reforma no ministério deve ser feita antes da votação do mandato do presidente José Sarney, prevista para ser feita só no fim dos trabalhos da Constituinte, no título das Disposições Transitórias.

Luiz Novais



O deputado Sarney Filho (PFL-MA) encontra-se com Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) no Congresso

## Tristeza no Piantella e festa no Florentino

Do enviado especial a Brasília

Um copo de suco de tomate "on the rocks" passou, tarde da noite, anteontem, à altura da nuca do secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz —um deputado de Mato Grosso do Sul, baixo e gentil. O jornalista que segurava o copo ainda teve tempo de ouvir Saulo dizer: "A Constituinte, agora, vai para agosto, e mesmo que se consiga aprovar os quatro anos de mandato para Sarney, nós não faremos eleições este ano por falta de tempo". Plantado junto ao bar do restaurante Piantella —o preferido do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães—, Saulo falava com a voz resignada e calma de um profissional da política. Por trás do secretário do PFL, surgiu a figura do deputado Jayme Santana (PFL-MA), um ex-amigo da família Sarney, sorrindo (mas sem explicar por que). O clima no Piantella era de "debacle".

Alguém chegou no restaurante e informou que o deputado Luiz Eduardo Maron Magalhães (PFL-BA), filho do ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, tinha acabado de entrar no restaurante Florentino —QG dos políticos governistas—, a menos de um quilômetro dali, exibindo, com um sorriso muito maior —e mais justificado— do que o de Santana, um distintivo verde com a inscrição "parlamentarismo" —igual ao usado, nos últimos meses, por quantos tentaram, na Constituinte, derrotar o presidencialismo e o pai do deputado Luiz Eduardo.

Havia tristeza no Piantella, festa no Florentino, festa na casa do deputado Ezio Ferreira de Souza (PFL-AM) —que reuniu cerca de cem parlamentares governistas— e festa no distante e normalmente silencioso Palácio da Alvorada, a residência oficial de Sarney. Lá, um jantar para o governador do Paraná Alvaro Dias terminou se transformando em uma grande comemoração. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães disse, na saída do Alvorada, que não havia festa nenhuma —"só cumprimentos". (RL)

## Borges da Silveira defende unidade e mudanças na equipe ministerial

Da Sucursal de Brasília

"Os ministros têm que estar sob o comando do presidente José Sarney e não das lideranças partidárias. Ele agora tem o comando do país, sem compromissos com a cúpula do PMDB ou do PFL. A equipe de governo terá que ter unidade e há setores onde isso não existe." As afirmações são do ministro da Saúde, Borges da Silveira, ao analisar ontem a vitória do presidencialismo e cinco anos de mandato para os próximos presidentes, no plenário do Congresso constituinte, anteontem.

Borges da Silveira não quis citar os nomes envolvidos na reforma ministerial, mas afirmou que se fosse o presidente teria dois critérios para formação de sua equipe: competência e apoio político. Ele disse excluir quem não o apoiasse caso pudesse substituir por pessoa competente: "Se o presidente tivesse feito isso antes, a situação hoje seria outra", afirmou.

Segundo ele, a divisão do PMDB, agora, é inevitável. "Haverá uma divisão por trás em cada município do país", afirmou. Como saída para o partido, ele sugere uma grande festa de confraternização após o término dos trabalhos do Congresso constituinte para extinguir o PMDB. "Cada parlamentar procuraria a legenda que está mais de acordo com suas tendências ideológicas ou então formaria outro partido."



O ministro da Saúde, Luiz Carlos Borges da Silveira, do PMDB-RS

O ministro da Saúde disse que o único que estaria contra essa idéia é o presidente do partido, Ulysses Guimarães. "O restante não quer sair e fica brigando internamente pela hegemonia. O único que consegue ficar com uma perna do lado e a outra do outro, comandando o PMDB, é o dr. Ulysses", afirmou o ministro.

### Pacote

Segundo Borges, a vitória do presidente Sarney na Constituinte dará ao governo a estabilidade

necessária para a adoção de medidas duras, relativas à contenção do déficit público: diminuição do quadro de pessoal, fechamento de órgãos e paralisação ou adiamento de obras. Em relação à ferrovia Norte-Sul, Borges da Silveira disse que o seu ritmo de construção poderá ser diminuído. "Estamos numa economia de guerra e qualquer medida que for tomada nesse sentido prejudicará uma minoria em benefício do país. Pode haver desemprego e descontentamento por alguma faixa da população", afirmou o ministro.

## Lucena defende a antecipação da votação do mandato do presidente

Da Sucursal de Brasília

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) defendeu ontem a antecipação da votação, pelo Congresso constituinte, do mandato do presidente Sarney. "Assim acabamos logo com esta pendência", disse o autor da emenda presidencialista aprovada na terça-feira.

A antecipação evitaria que o mandato de Sarney fosse votado só nas Disposições Transitórias, dentro de 40 a 60 dias. A aprovação dos cinco anos para os futuros presidentes permitiria isso "porque são matérias conexas", segundo Lucena.

Como o regimento do Congresso constituinte é omissivo nos casos de votação antecipada, Lucena propõe que se aplique o regimento do Senado, que permite a inversão da pauta de votações. Para conseguir a inversão, os constituintes terão que apresentar um requerimento à Mesa do Congresso constituinte.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, poderá, então, submeter o requerimento ao plenário ou tomar uma decisão pessoal. Na última vez que se tentou um expediente destas, Ulysses barrou a iniciativa.

Foi em setembro de 87, quando o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), propôs que a votação dos futuros mandatos e do mandato de Sarney fosse feita no



O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB)

mesmo dia na Comissão de Sistematização. "Nunca recebi a resposta", disse Sant'Anna, ontem.

### Avaliação

O deputado baiano achou "interessante" a antecipação sugerida por Lucena, mas disse que não pretende "fazer carga" em cima disso. O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), um dos coordenadores do bloco governista, minimizou a idéia. "Precisamos fazer uma avaliação do quadro", disse. Carlos Sant'Anna não desconhece que o

assunto da inversão da pauta vem sendo considerada como uma alternativa dentro do Palácio do Planalto. O líder do governo já conversou sobre isso com o ministro da Habitação Prisco Viana e com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Tido como um dos maiores especialistas no regimento do Congresso, Prisco Viana considera o recurso "viável". Ele diz que "essa é uma questão ainda não respondida pelos Constituintes, e que, portanto, pode e deve ser levantada no momento apropriado".

## 'Velhos cardeais' jogam a última cartada, diz Dias

Da Sucursal de Curitiba

O governador do Paraná, Alvaro Dias (PMDB), 43, disse ontem em Curitiba que "seguramente" parlamentares deixarão o PMDB e que por este motivo "haverá renovação na política brasileira" com os "velhos cardeais disputando sua última cartada". Para ele, "as defecções já eram previstas há bastante tempo e são inevitáveis" e poderão "fortalecer o processo democrático", pois, "não se constrói com a força de um partido gigante rodeado por partidos raquíticos".

Dias não acredita que as decisões do Congresso constituinte (aprovação do presidencialismo e cinco anos de mandato) tenham precipitado a saída de políticos descontentes, mas sim que "a definição do processo é que precipitou a acomodação política". Para o governador, isto aconteceria "mesmo que o resultado fosse outro". Acreditando que "a nova estrutura partidária não significará extinção de partidos ou surgimento de novos", Dias afirma que poderá haver defecções inclusive de parlamentares que votaram pelos cinco anos e presidencialismo.

Para Dias, é o momento de encerrar o assunto sobre o mandato do presidente Sarney, já que "qualquer definição nas disposições transitórias terá nítida conotação de problemas pessoais em relação ao ocupante do cargo". Ele acredita que haverá mudança nos ministérios.